

Conexões comerciais entre Rio de Janeiro e Campos dos Goytacazes:

um estudo sobre a circulação e o
consumo do açúcar fluminense no
século XIX

Commercial connections between
Rio de Janeiro and Campos dos
Goytacazes: a study on the circulation
and consumption of sugar in Rio de
Janeiro in the 19th century

MARCOS DE BRITO MONTEIRO MARINHO

Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ) e professor da rede estadual do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ)
marcosmonteiromarinho@gmail.com

RESUMO: O século XIX é um período de intensa transformação nos mercados de gêneros agrícolas em todo o mundo Ocidental. Este trabalho tem como objetivo investigar um pequeno resultado de tais alterações, qual seja: a exclusão do açúcar fluminense dos circuitos comerciais internacionais. Investigamos quais são os principais polos consumidores do açúcar produzido em Campos dos Goytacazes na segunda metade do século XIX, avaliando a possibilidade de a província do Rio e principalmente sua capital surgirem como espaço pleno de realização desta mercadoria, de modo a permitir a reprodução de largas riquezas e gigantescas escravarias em Campos até a abolição, em 1888.

PALAVRAS-CHAVE: Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro. Açúcar.

ABSTRACT: The 19th century is a period of intense change in the western agricultural market all over the world. The aim of this work is to investigate a little result of such changes as: the exclusion of the Rio de Janeiro State sugar from the international trade. We investigated which are the main consumer poles of the sugar produced in Campos de Goytacazes during the second half of the 19th century, evaluating the possibility for the province of Rio de Janeiro and mainly its capital arise as a full space plenty of accomplishment for this good, in a way to allow the reproduction of large riches and gigantic supply of slaves in Campos de Goytacazes until the abolition in 1888.

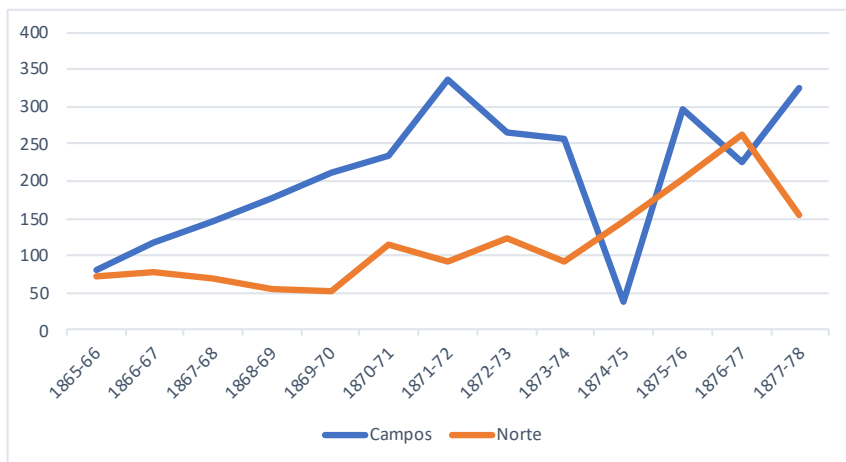
KEYWORDS: Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro. Sugar.

O objetivo do artigo é o de demonstrar que a maior parte do açúcar produzido pela região Norte Fluminense, ao longo da segunda metade do século XIX, circulou no interior da própria província do Rio de Janeiro, mais especificamente na Corte, que funcionava como principal centro consumidor e produtor de riquezas àquele momento. Para demonstrar esta hipótese dividimos o texto em três partes. Na primeira, nos debruçaremos sobre a documentação portuária do Rio de Janeiro e outras fontes secundárias para comprovar que o açúcar proveniente de Campos, Norte Fluminense, não tinha sua maior parcela levada a outras províncias do Império, permanecendo no interior da capital e, no máximo, sendo redistribuída entre as áreas de expansão do café no interior da província. Na segunda parte, nos debruçaremos sobre o mercado de gêneros agrícolas da Corte e sobre os grupos sociais que participavam ativamente dele. Para isso, nos basearemos em trabalhos que pesquisaram a economia urbana do município do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, para demonstrar que a cidade era economicamente poderosa o suficiente para absorver parcela substancial do açúcar produzido em Campos. A terceira parte conclui o texto.

Os caminhos da mercadoria: o comércio de bens primários no Rio em meados do século XIX

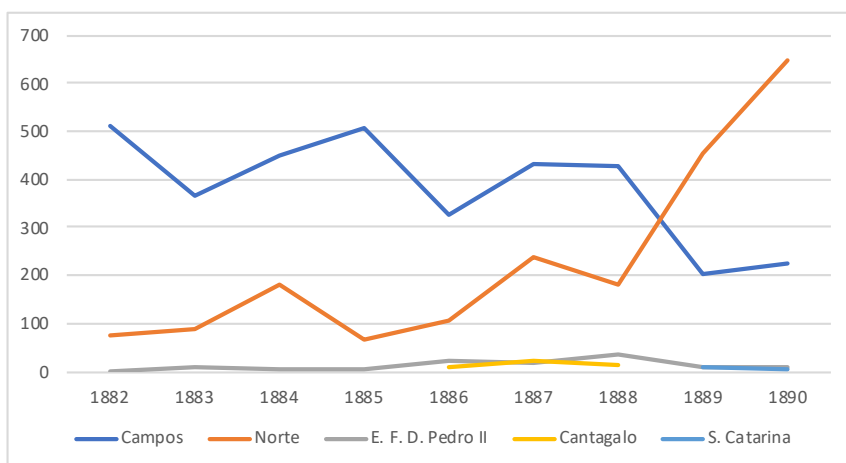
A primeira questão a ser avaliada é o quanto do açúcar que chega ao município do Rio de Janeiro é proveniente de Campos ou de outros espaços da província ou do império. Para isso, construímos os dois gráficos abaixo. A necessidade de dois gráficos se explica pelo fato da documentação registrar as entradas de açúcar, até 1878, por safras, ou seja, de julho a junho do ano seguinte. Após 1878, há um hiato até 1882 e daí para frente registra-se a entrada de açúcar por ano. Para evitarmos os problemas nas séries, optamos pela elaboração de dois gráficos.

GRÁFICO 1: Número de sacas de açúcar (60kg) entradas na Corte entre 1865-78 e suas respectivas procedências (milhares de sacas).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90). Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e C. (1875-91). Disponível em: <http://memoria.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GRÁFICO 2: Número de sacas de açúcar (60kg) entradas na Corte entre 1882-90 e suas respectivas procedências (milhares de sacas).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

Antes de procedermos com a análise em si, é necessário que expliquemos no que consiste a tipologia “norte”, presente nos dois gráficos. O *Retrospecto Commercial* assim denominou as capitanias do Norte do Brasil, que exportavam parte de sua produção de açúcar para o Rio de Janeiro. Desse modo, esta tipologia genérica envolve, majoritariamente, Pernambuco, Aracaju e Maceió somadas, bem como Bahia, mas esta última de forma muito secundária.

Analisando as tendências apresentadas, identificamos que, inicialmente, em meados da década de 1860, as produções campista e do “Norte” estão muito próximas: 82 mil e 72 mil sacas, respectivamente. Entretanto, no período de 1865-66 a 1869-70, as entradas de açúcar de ambas as regiões seguem tendências opostas: enquanto Campos amplia de forma contínua o volume de açúcar levado ao município do Rio de Janeiro, chegando a 212 mil sacas, o “Norte” encolhe o volume transportado para 51 mil sacas. Entre 1869-70 e 1873-74, ambas as regiões apresentam oscilação no fornecimento de açúcar. No caso de Campos, há um aumento significativo nas duas safras seguintes, atingindo o ponto máximo da série em 1871-72, quando o fornecimento atingiu a casa das 336 mil sacas. Logo na safra seguinte há uma queda abrupta, atingindo o montante de 256 mil sacas em 1873-74. Apesar do “Norte” mais que dobrar seu fornecimento de açúcar a partir de 1870-71, atingindo o número de 115 sacas, não foi capaz de apresentar uma tendência permanente de crescimento, tendo oscilado bastante até 1873-74. Mesmo assim, manteve níveis médios superiores aos apresentados até 1869-70.

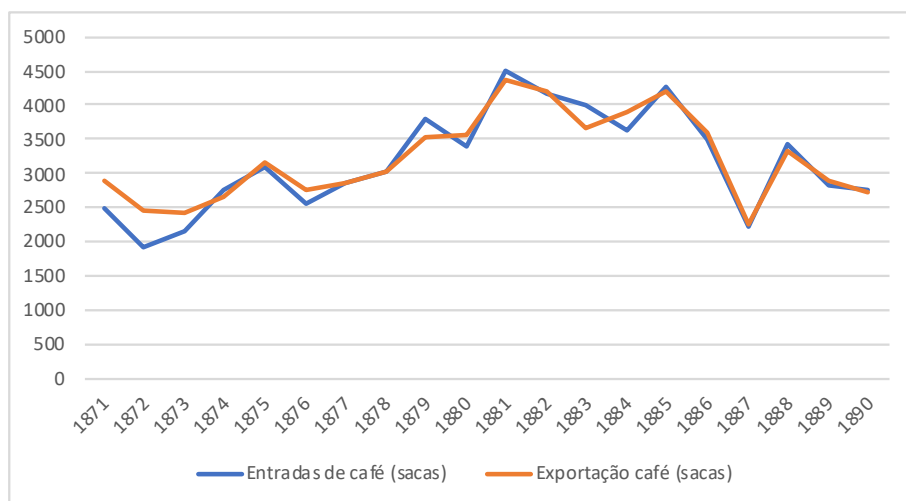
Novamente a partir de 1873-74 identificamos tendências opostas: enquanto o “Norte” amplia de forma contínua seu fornecimento de açúcar até 1876-77, Campos mantém sua oscilação, intensificando-a até o final desta série. A combinação destes dois fatores produziu fato inédito até então: em 1874-75 e em 1876-77, Campos dos Goitacazes deixou de ser o principal fornecedor de açúcar para o Rio de Janeiro. A discrepância é tão grande que nos faz desconfiar a respeito de uma possível sub-representatividade dos dados para esta safra. Se, como mencionamos acima, o volume em 1873-74 foi de 256 mil sacas, o da safra seguinte se reduziu a pouco mais de 15% deste valor, atingindo quase 39 mil sacas. Entretanto, para a safra seguinte, 1874-75, voltou a apresentar um dos maiores indicadores da série, 297 mil sacas. Mas a oscilação permanece, tendo reduzido a entrada do açúcar de Campos a 226 mil sacas na safra seguinte que, enfim, mostrou novo aumento no último ano da série: 326 mil. Por outro lado, o “Norte” sai da casa das 93 mil sacas em 1873-74 para atingir o montante de quase 262 mil em 1876-77,

sofrendo nova queda em 1877-78, mas ainda mantendo índices elevados: 153 mil sacas.

O último ano da série sinalizou para tendências opostas, que parecem se confirmar quando analisamos o gráfico posterior. O ano de 1882 se inicia com Campos dos Goitacazes fornecendo o maior montante de açúcar em um único ano: 513 mil sacas. Por outro lado, o “Norte”, que fechou a série anterior com 153 mil sacas, cinco anos depois, surge como fornecedor de apenas 77 mil. Nos anos seguintes, verificamos que Campos tem uma queda na participação do mercado do açúcar do município do Rio de Janeiro, mas, em 1885, recupera o montante fornecido em 1882. A partir daí, entretanto, por mais que haja oscilações para mais e para menos, há uma queda visível no fornecimento de açúcar, atingindo um mínimo, para a década de 1880, de 200 mil sacas.

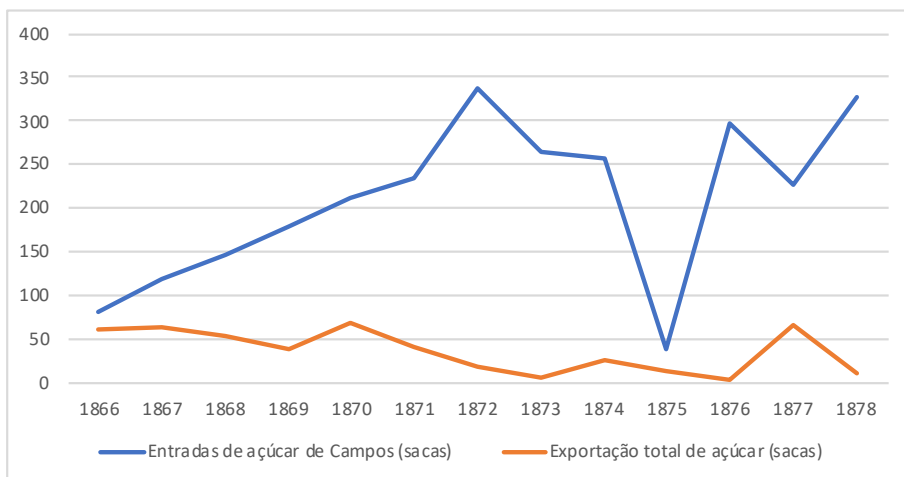
Agora nos resta saber o quanto deste açúcar que chegava ao Rio de Janeiro era exportado para fora do império. Um dos procedimentos que encontramos para mensurar isso é a comparação com outra produção eminentemente exportadora, o café. A questão não é comparar em valores absolutos a exportação, mas sim em termos percentuais em relação ao total presente no Rio de Janeiro. Os gráficos abaixo exploram esta questão a partir de duas documentações diferentes: os já utilizados *Retrospectos Comerciais* anuais do *Jornal do Commercio*, e os *Boletins da Alfândega do Rio de Janeiro*. Utilizamos-nos de dados semelhantes — entradas e exportações de café e de açúcar pelo porto do Rio de Janeiro —, extraídos de fontes diferentes para tentar reduzir as margens de imprecisão.

GRÁFICO 3: Número de sacas de café (60kg) entradas no Rio de Janeiro e exportadas por seu porto, entre 1871-1890 (milhares de sacas).



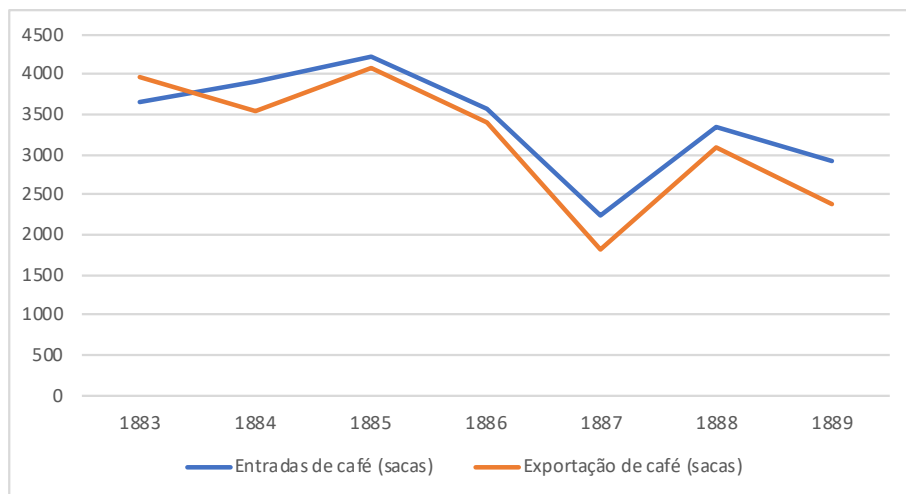
Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-1890), op. cit.

GRÁFICO 4: Número de sacas de açúcar (60kg) trazidas de Campos à Corte e nº total de sacas de açúcar (60kg) exportadas pelo porto do Rio entre 1866-78 (milhares de sacas).



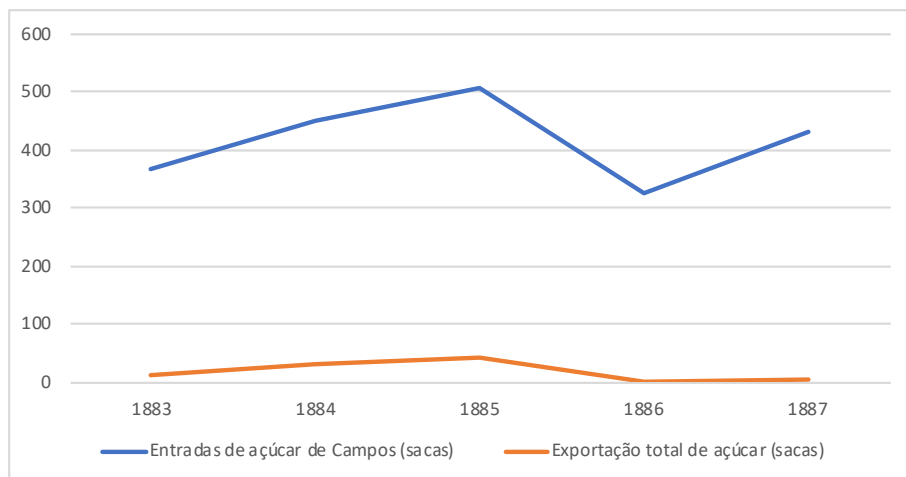
Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-1890), op. cit.

GRÁFICO 5: Número de sacas de café (60kg) entradas no Rio de Janeiro e exportadas por seu porto, entre 1883-1889 (milhares de sacas).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-1890), op. cit.; *Boletins da Alfândega do Rio de Janeiro*. Vários exemplares consultados entre 1883-89. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/boletim-alfandega-rio-janeiro/070378>. Acesso em 30 mar. 2016.

GRÁFICO 6: Número de sacas de açúcar (60kg) trazidas de Campos ao Rio de Janeiro e nº total de sacas de açúcar (60kg) exportadas entre 1883-87 (milhares de sacas).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-1890), op. cit.; *Boletins da Alfândega do Rio de Janeiro*, op. cit.

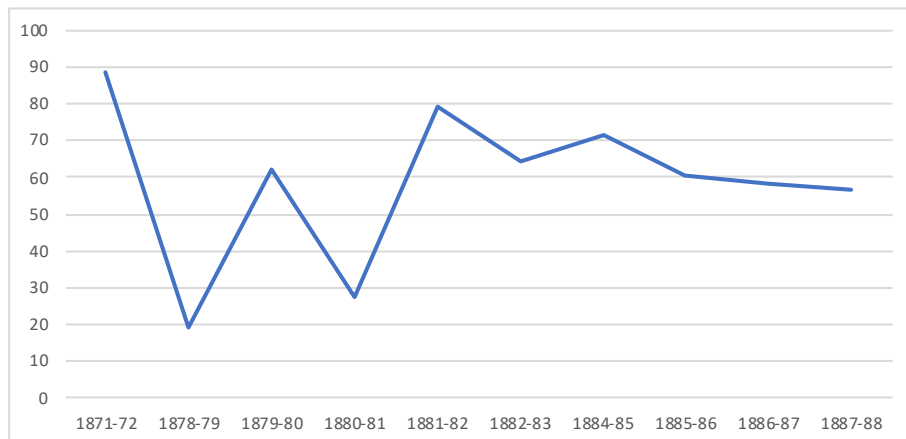
O gráfico 3, construído exclusivamente com os dados do *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio*, possui algumas falhas, pois aponta que, em seis anos, o número de sacas exportadas superou o número de sacas entradas. Trata-se, certamente, de um erro da documentação, pois uma das variáveis está sub ou super-representada. Apesar disso, destaca-se, mesmo nestes casos, a proximidade entre as curvas. Exceção feita aos primeiros anos (1871-1873), em que é possível visualizar claramente a distância entre os pontos, a diferença entre as entradas e as exportações nunca chega a 10%. Quase toda a produção é destinada à exportação, como já era de se esperar. A mesma relação aparece no gráfico 5, em que os dados da exportação foram retirados dos *Boletins da Alfândega do Rio de Janeiro*, por isso o recorte temporal menor.

Por outro lado, o açúcar segue tendência quase oposta. Apesar da bibliografia repetir sistematicamente o caráter não exportador da produção da região de Campos dos Goitacazes, nenhuma pesquisa realizada até hoje se

preocupou efetivamente em averiguar empiricamente, mesmo que de forma parcial e incompleta, estas colocações. O gráfico 4 apresenta apenas dois anos em que as entradas e as exportações de açúcar estão próximas. E há um detalhe importante: neste gráfico, bem como no 6, as entradas de açúcar contabilizam apenas os provenientes de Campos, ao passo que a exportação contabiliza toda a exportação de açúcar do porto do Rio de Janeiro, que poderia contar com a produção de outras regiões do império. Entretanto, os gráficos relacionados ao açúcar apresentam tendências opostas em relação à curva de exportação. Enquanto o gráfico 4 mantém uma relação quase inversamente proporcional entre as entradas e exportações, o gráfico 6, cujos dados relativos à exportação foram extraídos dos *Boletins da alfândega do Rio de Janeiro* — justificando o menor intervalo de tempo —, apresenta uma curva de exportações com o comportamento exatamente igual ao das entradas: quanto maior as entradas de açúcar, maior as exportações e vice-versa. De todo modo, não muda o fato de uma fração insignificante da produção ser exportada para fora do Império. Ou seja, por meio da rápida análise dos gráficos, acreditamos ser possível afirmar que a produção campista não era, em hipótese alguma, destinada ao exterior.

O comércio de cabotagem e a distribuição intraprovincial surgem como destinos prováveis da mercadoria. A cabotagem existe desde os tempos coloniais e se divide, basicamente, em três formas de circulação de mercadorias: as importadas do exterior e exportadas por cabotagem a outras províncias; as exportadas por cabotagem às principais cidades portuárias que as exportam para fora do império; e as que são importadas e exportadas de outras províncias, tendo em vista sua utilização (MARCONDES, 2012, p. 142-144). O gráfico abaixo representa apenas o volume de açúcar que o porto do Rio de Janeiro leva às demais províncias do império, pois não é possível rastrear as mercadorias que circulam dentro de cada província, salvo raras exceções.

GRÁFICO 7: Exportação de açúcar por cabotagem entre 1872-1888 no porto do Rio de Janeiro (milhares de sacas).



Fonte: SOARES, Dr. Sebastião Ferreira. Estatística do Commercio Marítimo do Brazil do exercício de 1871-72. 4ª parte: Comercio interprovincial de cabotagem dos gêneros nacionais e Janeiro: Typographia Nacional, 1880. p. 22-23; Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do porto do Rio de Janeiro com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda. Várias edições consultadas entre 1878-1887. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Disponível em: <http://memoria.org.br/>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Os dados para 1871-72 foram retirados de Sebastião Ferreira Soares e os demais dados são provenientes dos *Mappas Estatísticos*. Assumimos os riscos de colocar, em uma mesma série, documentos de procedências distintas. Este procedimento se mostrou necessário, devido à escassez de dados a respeito da exportação de açúcar por cabotagem realizada pela província fluminense. Estes dados estão ausentes, por exemplo, de outras grandes coleções estatísticas do comércio, como a série de *Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Império do Brasil*, em que há apenas a importação de cabotagem de cada província, mas muitas vezes sem discriminar as mercadorias, agrupando todos os bens primários em uma única categoria, o que inviabiliza seu uso para nosso trabalho neste momento.

Sabemos que, ao longo de sua história em território nacional, o açúcar de cana foi, durante a maior parte do tempo, a principal mercadoria a ser exportada e o maior produtor de riquezas do Brasil — e de Portugal, durante

a colonização —, mesmo durante os períodos de mineração. No século XIX, o açúcar esteve bem cotado no comércio de cabotagem, correspondendo a 10% de todas as transações entre 1845-1849, estando atrás apenas das carnes preparadas — estas correspondem a 31% de todo o comércio —, e a 16% entre 1869 e 1873, adquirindo a maior importância dentre todas as mercadorias transacionadas (MARCONDES, 2012, p. 157). A questão agora é saber o quanto relevante é a participação da província do Rio de Janeiro neste dinâmico mercado de açúcar que há no Brasil. Para analisar o gráfico 7, recorreremos ao mesmo recurso usado por Marcondes em seu artigo já mencionado, qual seja, o de calcular o consumo aparente da mercadoria em questão, o açúcar — de todos os tipos. O consumo aparente corresponde ao montante de entrada do açúcar em uma determinada praça — neste caso, a Corte —, subtraída do montante sua exportação por cabotagem e para o exterior. A partir daí, calcularemos, ano a ano, o percentual do açúcar que é, aparentemente, consumido no interior da província fluminense (MARCONDES, 2012, p. 161-163).

O período correspondente a 1871-72 viu 336.500 sacas de açúcar de Campos dos Goitacazes entrarem no Rio de Janeiro. Deste montante, 88.402 sacas foram destinadas à exportação de cabotagem, ou seja, para outras províncias. Não dispomos de dados organizados desta forma — englobando dois semestres de dois anos distintos — para a exportação internacional do açúcar do Rio de Janeiro, mas os dados do *Retrospecto Commercial* apontam uma exportação de 17 mil sacas de açúcar para 1871 e 39 mil para 1872. Se somarmos a exportação de cabotagem com a exportação externa dos dois anos teremos um montante de aproximadamente 144.500 sacas de açúcar, que corresponde a um total de 43% do açúcar entrado de Campos dos Goitacazes. Presumimos, portanto, que o consumo aparente para o período de 1871-72 seja de 57%.

Não dispomos dos dados de entrada de açúcar para o período entre 1878-1881, mas como demonstramos acima nos gráficos 1 e 6, é possível que neste vácuo documental a produção tenha apresentado uma tendência de crescimento. Portanto, nos parece válido utilizarmos-nos do número de sacas de açúcar de Campos que entram no Rio em 1877-78 para estes anos em lacuna: 326 mil. Ou seja, em 1878-79, segundo ano do gráfico 7, temos 19 mil sacas exportadas por cabotagem e 72 mil sacas exportadas para fora,¹ equivalente a 91 mil sacas de açúcar que, em termos percentuais, corresponde a 28% do montante de Campos levado ao Rio de Janeiro — 326 mil sacas. Deste modo, constatamos que o consumo aparente para o período 1878-79 foi de 72% de todo o açúcar. O período de 1879-80 apresenta 62

mil sacas exportadas por cabotagem e 77 mil exportadas para outros países.² Somadas, temos 139 mil sacas de açúcar destinadas à exportação, o equivalente a 42,6% do total já mencionado, proporcionando um consumo aparente de 57,4%.

No período de 1880-81 o número de exportações por cabotagem cai bastante, atingindo a segunda pior marca que temos conhecimento: apenas 27 mil sacas. Em compensação, as exportações para fora do Brasil aumentam consideravelmente, atingindo o montante de 99 mil sacas.³ Somadas, temos o montante de 126 mil sacas, que correspondem a 37,5% das 326 mil sacas oriundas de Campos. Consequentemente, teríamos um consumo aparente de 62,5% neste ano.

A partir de 1881-82, nos utilizaremos dos *Mappas Estatísticos do Comércio e Navegação do porto do Rio de Janeiro* para consultar os dados referentes à exportação externa. Entretanto, os dados sobre as entradas de açúcar deixam de ser contabilizados desta forma — envolvendo dois semestres de anos distintos — e passa a ser, efetivamente anual. A solução encontrada para este problema foi somar as entradas dos dois anos envolvidos e dividi-la por dois. No entanto, para 1881-82 ainda contaremos com 326 mil sacas de açúcar entradas no Rio de Janeiro. Deste modo, temos 79 mil sacas exportadas por cabotagem e 59 mil exportadas para fora⁴, totalizando 138 mil sacas, equivalente a 42,3% do total. Isto significa que o consumo aparente pode ser estimado em 57,7%. Os anos 1882 e 1883 apresentam uma média de 440 mil sacas de açúcar, sendo 64 mil destinadas à exportação de cabotagem e 56 mil à exportação externa, totalizando 120 mil sacas, equivalente a 27% do total. Neste caso, o consumo aparente corresponderia a 73%. Para o período 1884-85, a média dos anos de 1884 e 1885 apontam para um total de 477 mil sacas, sendo 71 mil destinadas ao comércio de cabotagem e 29 mil para exportação, totalizando 100 mil sacas, equivalente a 21% do total.⁵ Isto implica em um consumo aparente de 79%.

Para o período de 1885-86, a média de 1885 e 1886 foi de 415 mil sacas de Campos entradas no Rio de Janeiro, para um total de 60 mil comercializadas por cabotagem e 29 mil destinadas à exportação, somando 89 mil sacas, o equivalente a 21,5%. Deste modo, o consumo aparente equivaleria a 78,5%. Os anos 1886 e 1887 apresentaram uma média de 377 mil sacas, com 58 mil sacas destinadas à exportação de cabotagem e apenas 7 mil destinadas ao comércio externo.⁶ Ou seja, as 65 mil sacas exportadas correspondem tão somente a 17% do total, resultando em um consumo aparente de 83%. Por fim, temos o período de 1887-88. A média destes dois anos aponta para 430

mil sacas no período, sendo 56 mil destinadas à cabotagem e à exportação, contabilizando 112 mil sacas, equivalente a 26%.⁷ O consumo aparente para este último ano corresponderia a 74%.

Os números de consumo aparente podem assustar a princípio. Mas, se compararmos com as médias ponderadas de consumo aparente construídas por Renato Marcondes, veremos que o Rio de Janeiro não está distante de uma média nacional de consumo aparente de açúcar. Enquanto Marcondes calcula uma média de 64,5% para todo o império, nossa média foi de 67,3% (MARCONDES, 2012, p. 162). Mesmo considerando eventuais exportações por terra, seja por ferrovias, seja por tropas muars, a média de consumo aparente da província continuaria, acreditamos, respondendo por cerca de 50% do total. Isto porque a província que melhor se encaixaria nestas condições é a de Minas Gerais. Mas segundo Marcelo Magalhães Godoy, já em 1836 havia mais de 4 mil engenhos de qualidades distintas — engenhos de aguardente e de rapadura e/ou de açúcar — na província mineira (GODOY, 2008, p. 822). Em 1831, a despeito do número de engenhos, sua produtividade era baixa, apenas 95 arrobas por unidade produtiva, mas o suficiente para produzir, anualmente, 11kg de açúcar para cada habitante da província (GODOY, 2008, p. 832–835). O autor é categórico também ao afirmar que “eram inexpressivos os fluxos interprovinciais de importação de açúcar, rapadura e aguardente”. Ainda segundo Godoy, ao longo de toda a primeira metade dos oitocentos, a produção mineira de açúcar nunca chegou a ter qualquer vocação exportadora, pois jamais chegou a atingir 2% do montante produzido (GODOY, 2008, p. 839). Parece claro que Minas Gerais não era destino preferencial do açúcar fluminense àquele momento.

É possível deduzir, portanto, que o açúcar de Campos, ao longo do século XIX, teve como destino primordial outras regiões da província do Rio de Janeiro. Neste sentido, é necessário que investiguemos o crescimento demográfico e econômico da região que julgamos ser a principal consumidora de tal mercadoria: o município do Rio de Janeiro. Isto será feito a partir dos seguintes questionamentos: quem forma este poderoso mercado consumidor? Quais são as limitações deste mercado, haja vista que parte considerável de sua população era cativa?

A expansão demográfica, econômica e urbana do Rio de Janeiro no século XIX

Segundo o geógrafo Maurício de Abreu, o século XIX é o momento em que o Rio de Janeiro altera significativamente sua forma urbana, tanto em termos de aparência, quanto de conteúdo, ou seja, a própria função da estrutura urbana. Até este momento, a cidade convivia com grandes limitações físicas à própria expansão e a ausência de meios coletivos de transporte fazia com que a distribuição da população no espaço não fosse hierarquizada, diferenciando-se mais pelas residências — umas mais simples, outras sofisticadas — do que pela localização (ABREU, 2011, p. 35). A chegada da família Real é o pontapé inicial das transformações. Como capital e agora metrópole interiorizada, a cidade deveria transformar-se para que pudesse responder às necessidades econômicas, políticas e ideológicas que dela se exigiria. É a partir deste momento que a diferenciação social do Rio de Janeiro também passa a se materializar no espaço urbano, com a classe dos barões acomodando-se em áreas rigorosamente distintas daquelas ocupadas pelas pessoas pobres, fossem elas livres ou escravas.

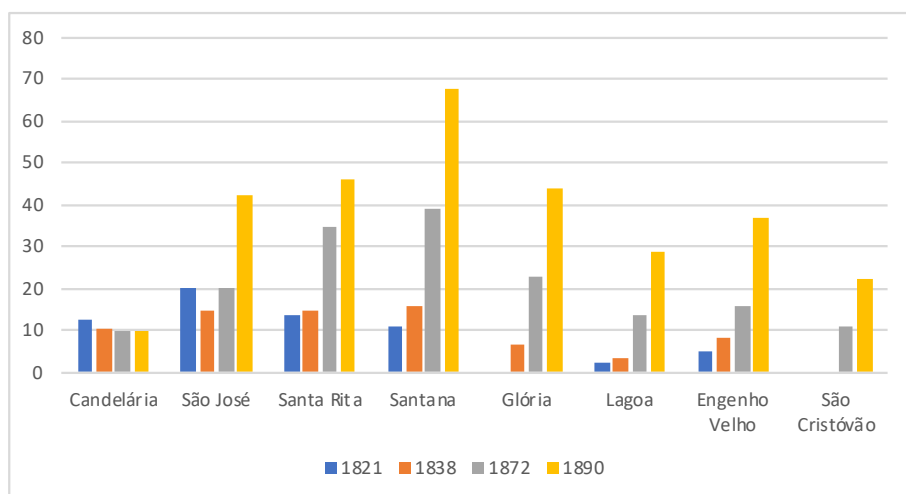
O eixo destas mudanças está relacionado aos problemas ligados ao transporte urbano. Apesar de Abreu defender que o marco transformador da cidade é a década de 1870, com a difusão das companhias de trens e de bondes — todas elas frutos do capital internacional que encontrava em nossas terras fontes bastantes seguras de reprodução, mediante concessões do Império (ABREU, 2011, p. 42) — a tendência geral de segregação já estava lançada, como também demonstra Carlos Valencia Villa em sua tese de doutoramento (VILLA, 2012).

À época da “interiorização da Metrópole”, o raio de ocupação estava circunscrito à região central e as áreas ao sul eram ocupadas, aos poucos, com chácaras que as faziam parecer locais de veraneio. No fim da primeira metade do século, entretanto, frações da classe dominante já puderam se afastar do centro devido à ação do poder público, que sistematicamente abria caminho para a efetiva ocupação da zona sul da cidade — freguesias da Lagoa e Glória — e passava, definitivamente, a integrar o rol das freguesias urbanas. Ao mesmo tempo, São Cristóvão, freguesia do Engenho Velho, também abrigou uma parcela importante das classes abastadas, já que era residência da família Real e por isso dispunha de infraestrutura útil aos que poderiam pagar pela mobilidade urbana. A população pobre, por outro lado, incapaz de arcar com os custos da ainda escassa mobilidade urbana, permanecia pró-

xima ao centro, já que lá se concentravam as ofertas de trabalho cotidianas (ABREU, 2011, p. 37-39).

A partir de meados da década de 1850, a cidade tem um novo impulso de expansão, com a intensificação da ocupação da zona sul e, principalmente, de novas áreas correspondentes aos atuais bairros da Cidade Nova, Estácio, Rio Comprido e Catumbi, todas muito próximas ao centro e por isso também habitadas por pobres (ABREU, 2011, p. 39-41). A partir dos anos 1870, os bondes e trens levaram a cidade a se expandir em sentidos opostos — os trens associados ao subúrbio e aos pobres, os bondes à zona sul e aos barões e demais frações das classes abastadas —, mas as bases para a hierarquização social do espaço já estavam lançadas. A “Metrópole interiorizada”, cidade que respondia às necessidades simbólicas, econômicas e políticas das mais significativas, unia, de modo contraditório, a fração mais miserável da população. O resultado deste processo foi a grande proliferação de cortiços, posteriormente destruídos pela intervenção estatal no período de Pereira Passos. O gráfico abaixo ilustra o referido processo.

GRÁFICO 8: Quadro demográfico das principais freguesias urbanas do Rio de Janeiro (milhares de indivíduos entre 1821 e 1890).



Fonte: ABREU, 2011, p. 39.

Vários elementos deste gráfico chamam atenção. A freguesia da Candelária, localizada no coração da área central da cidade, é a única que apresenta crescimento demográfico negativo para todo o período. Isto se explica pelo fato dela ter sido, originalmente, residência fixa das classes abastadas, em um momento em que a zona sul, representada pelas freguesias da Glória e da Lagoa, ainda integravam a zona rural, o que explica sua participação restrita nos períodos iniciais. Conforme os caminhos ao sul foram sendo abertos e as companhias de bonde foram sendo disseminadas, a tendência foi o esvaziamento da Candelária e o adensamento da ocupação das outras duas freguesias supracitadas, que, aos poucos, foram tendo suas chácaras e sítios incorporados à área urbana da cidade.

A freguesia de São Cristóvão, criada apenas em 1856, fruto de sua separação da freguesia do Engenho Velho, era residência da família Real e por isso área dotada de boa infraestrutura, o que inicialmente também atraiu uma fração da população abastada. No final do século XIX, aproveitando-se dessa estrutura, São Cristóvão passou a ser a área da indústria nascente do Rio de Janeiro, o que assegurou sua ocupação crescente nas décadas de 1870 e 1880. As freguesias de Santa Rita e de Santana são próximas ao centro, ocupadas de modo crescente pelos que não dispunham do privilégio da mobilidade urbana. A enxurrada de escravos e de libertos que se multiplicaram durante todo o século XIX, quando permaneciam na Corte, residiam nestas regiões.

Carlos Valencia Villa contribui para nosso argumento, pois demonstra que os espaços cuja presença de negros livres possuía maior densidade eram justamente na área correspondente à Cidade Velha, mais precisamente entre o Morro do Castelo e a Praia do Valongo (VILLA, 2012, p. 90 e 93). Impressiona a correspondência destes dados com aqueles que se referem aos trabalhadores que se oferecem para trabalhar em anúncios de jornais. Estas tendências se mantêm ao longo de todo o período analisado pelo autor — 1840-1860 — e, por mais que haja algumas alterações como aumento da concentração das ofertas de trabalho e/ou da região de logradouro de negros livres, a maior densidade está sempre circunscrita à Cidade Velha (VILLA, 2012, p. 177, 195, 216, 259 e 277). É importante notar que estes que se oferecem para trabalhar não especificam a função a ser desempenhada, traço característico das camadas populares deste período que, cotidianamente, se dirigiam ao centro em busca dos serviços disponíveis.

O jornal e as flutuações dos preços das mercadorias primárias no Rio de Janeiro

Em linhas gerais, o que distingue uma sociedade pré-capitalista de uma sociedade capitalista é o fato dos produtores diretos, os trabalhadores, não estarem plenamente separados dos meios de produção, de tal modo que o mercado não se torna uma compulsão. Existem diversos indícios de que os cativos, tanto no espaço rural quanto no urbano, tinham acesso a, pelo menos, uma fração de sua subsistência sem recorrer ao mercado. Talvez o maior exemplo disso seja a questão da “brecha camponesa” estudada por Ciro Cardoso, que se caracterizava por permitir ao cativo um espaço econômico relativamente autônomo para atuar não apenas provendo sua subsistência de modo parcial ou total, mas também comercializando eventuais excedentes agrícolas (CARDOSO, 1986).

Isto fica explícito no caso da fazenda de Cachambú, estudado por João Fragoso em sua dissertação de mestrado. As despesas com a mão de obra cativa representavam aproximadamente 40% dos gastos totais da fazenda. Dentre esses, o que mais pesava era aquele com a aquisição de gêneros alimentícios, algo em torno de 40% deste total gasto com os escravos (FRAGOSO, 1983, p. 65–67). Dentre os anos analisados pelo autor, no 1º semestre, a tendência era a fazenda ter gastos maiores no mercado, com feijão e arroz, já que era período de colheita, em que há trabalhadores extras. O mesmo não acontecia no 2º semestre, em que somente um dos dois produtos era comprado no mercado — feijão ou arroz —, uma vez que o outro era adquirido junto aos escravos. Apesar dos gastos serem grandes para adquirir os gêneros necessários à subsistência da unidade produtiva de maneira geral, o autor conclui que ele seria significativamente maior caso fosse necessário buscar no mercado os gêneros obtidos junto aos escravos, lembrando ainda que o grosso da produção cativa era destinado ao consumo dos próprios escravos (FRAGOSO, 1983, p. 68–69).

No caso exemplificado por Fragoso e em tantos outros semelhantes, é possível notar um dado curioso: a inflação poderia **eventualmente** ajudar, e não dificultar, a situação econômica dos pobres. Isto também acontecia no espaço urbano. Jaime Benchimol, estudando a prefeitura de Pereira Passos no início do século XX, observa que uma das ações do prefeito foi a de proibir a ordenha de vacas leiteiras no espaço público. Segundo o autor, “era um antigo costume as ruas estreitas da cidade serem percorridas, de manhã, por manadas de vacas, ordenhadas à porta dos fregueses. Tratava-

se de outro gênero de consumo popular importante” (BENCHIMOL, 1992, p. 278).

Em suma, ao contrário dos dias de hoje, em que os trabalhadores se veem obrigados na maior parte das vezes a recorrer ao mercado para subsistência, as possibilidades dos cativos e/ou forros manterem uma produção de mercadorias agropecuárias independente dava-os a chance de amenizar os efeitos inflacionários. Evidentemente, é sempre uma questão de risco: para que a inflação seja “benéfica” para determinados grupos, é necessário haver uma coincidência entre a mercadoria produzida e as mercadorias mais valorizadas pela inflação.

Os rendimentos dos pobres não provinham apenas desta produção independente. Todas as pesquisas que se debruçaram sobre este tema afirmam que a chave para a sobrevivência era a flexibilidade (SOARES, 2011; VILLA, 2011), a despeito de algumas fontes sugerirem o contrário. O recenseamento de 1872 possui seções específicas que avaliam e dividem a população pelas ocupações, sugerindo a existência apenas de profissionais especializados e de pessoas sem profissão. Dos aproximadamente 340 mil escravos existentes na província fluminense, o censo assim os classifica:

TABELA 1: Profissões exercidas pelos cativos na Corte e na província.

PROFISSIONAIS/ REGIÃO	ARTISTAS	OPERÁRIOS	PROFISSÕES AGRÍCOLAS	JORNALEIROS	SERVIÇO DOMÉSTICO	SEM PROFISSÃO	OUTRAS
Município Neutro	498	2135	5695	5285	22842	9899	2085
Província	275	649	144575	25670	27136	90242	70990

Fonte: *Recenseamento do Brasil em 1872*. p. 12 e 90.

Algumas categorias de nossa tabela reúnem várias profissões listadas no censo de 1872. É o caso das “profissões agrícolas”, que se dividem entre lavradores e criadores — nesta última não há qualquer cativo empregado, seja na capital ou nos demais municípios da província —, dos “operários”, que consiste nos cativos empregados em qualquer tipo de indústria, como construção civil, calçados, chapéus, tinturaria etc. — e que representam quase todas as ocupações mecânicas, exceção feita à profissão de “costureira”, que colocamos junto à categoria “outros”.⁸

Nenhuma surpresa ao constatar que, em uma sociedade rural, a maior parte dos cativos estava empregada na lavoura e estes, acreditamos, tinham uma margem de flexibilidade menor. Não por estar no espaço agrícola, no sentido de reificarmos as clássicas dicotomias da historiografia entre o escravo urbano — negro de ganho, capaz de acumular uma fração de seus rendimentos cotidianos — e o escravo rural — preso ao feitor e à fazenda, absolutamente incapaz de circular sem qualquer vigilância coercitiva —, já que Keila Grinberg nos informa que muitos poderiam ser empregados como intermediários no comércio entre quilombolas e/ou comerciantes de outros espaços, revendendo madeira, leite e outras mercadorias (GRINBERG, 2011, p. 140). A questão aqui é destacar que as cidades — mas também a área rural — possuíam um sem-número de atividades econômicas, fossem elas produtivas ou de serviços, que dava aos trabalhadores, de maneira geral, um leque maior de possibilidades. Neste sentido, o censo de 1872 dá a impressão de que os cativos e os livres pobres exerciam apenas as funções nas quais foram registrados, o que não corresponde à realidade. Provavelmente, um mesmo indivíduo registrado como “artista” — artífice — poderia tornar-se operário ou empregar-se no serviço doméstico pouco depois.

Importante destacar que isto se refere tanto a escravos quanto a livres ou libertos. Em termos econômicos não havia muita diferença em relação ao que faziam e quanto recebiam. A distinção fundamental — e o que justifica, em termos econômicos, a busca da liberdade entre os cativos — é o fato de um liberto não entregar uma fração de seu jornal a um senhor. Esta é uma diferença importante se quisermos pensar na inserção deste segmento de trabalhadores no mercado de bens primários. A fração que anteriormente era entregue ao senhor poderia ser revertida em uma melhoria em sua subsistência. Já a poupança para aquisição da liberdade continuava, já que normalmente a “produção” desta mercadoria tinha na família um ponto seminal (VILLA, 2011, p. 143-145). Ou seja, após a libertação de um, investia-se na dos demais membros. Mas, em termos ocupacionais, as diferenças eram quase inexistentes.

Novamente é Valencia que exemplifica isso de forma empiricamente consistente. Estudando o que julga ser um mercado de trabalho da cidade do Rio de Janeiro, o autor utilizou-se dos classificados do *Jornal do Commercio* para mensurar a oferta e a procura por trabalhadores na cidade entre 1840 e 1860. Em casos de procura, os anúncios continham informações que muitas vezes deixavam claro que não é corriqueira a especialização profissional ou a condição jurídica, mas sim a contratação de trabalhadores que estejam dis-

postos a receber o quanto o anunciante se propõe a pagar. Somente às vezes se informava as habilidades requeridas ou a ocupação em si, sendo o mais comum o endereço de onde se poderia encontrar o trabalhador, caso em que o próprio anuncia a disponibilidade para trabalhar em algo, ou a vaga para trabalhar, caso do anunciante que vai à procura de um empregado (VILLA, 2012, p. 92–93). De fato, entre 1840 e 1846, o lado da oferta de trabalho era composto de forma majoritária pelos que pretendiam vender cativos, mas a oferta de trabalhadores não especializados para alugar, fossem eles escravos ou livres, triplicou: saiu de uma média de cinco anúncios por jornal para dezesseis (VILLA, 2012, p. 98–99).

Se a flexibilidade era uma das características das atividades desempenhadas por este segmento da população, é de se esperar que os rendimentos provenientes também o fossem. E assim era caracterizado o “jornal” destes trabalhadores: inconstante tanto na periodicidade quanto no valor a ser recebido, o que o impede de ser comparado a um salário. Entretanto, os dados extraídos de Adolpho José del Vecchio a respeito do valor do jornal a ser pago a inúmeros trabalhadores envolvidos nas obras hidráulicas nos permite uma aproximação mínima deste valor. A tabela abaixo demonstra os valores diários pagos em algumas das “profissões” mais comuns exercidas pela população pobre, fosse ela livre, liberta ou escrava.

TABELA 2: Valores do jornal pagos aos trabalhadores de obras hidráulicas em 1887⁹.

PROFISSÕES	VALOR DO JORNAL
Servente de 2ª classe	1\$800
Servente de 3ª classe	1\$600
Pedreiro de 2ª classe	3\$000
Marinheiro	2\$000

Fonte: Adolpho José Del-Vecchio (1887).

Segundo Valencia, entre 1840 e 1871 o valor gasto com a subsistência de um trabalhador adulto oscilou entre 70 e 250 réis diários, correspondente a 2100 e 7500 réis mensais, respectivamente. Em termos reais, os custos de

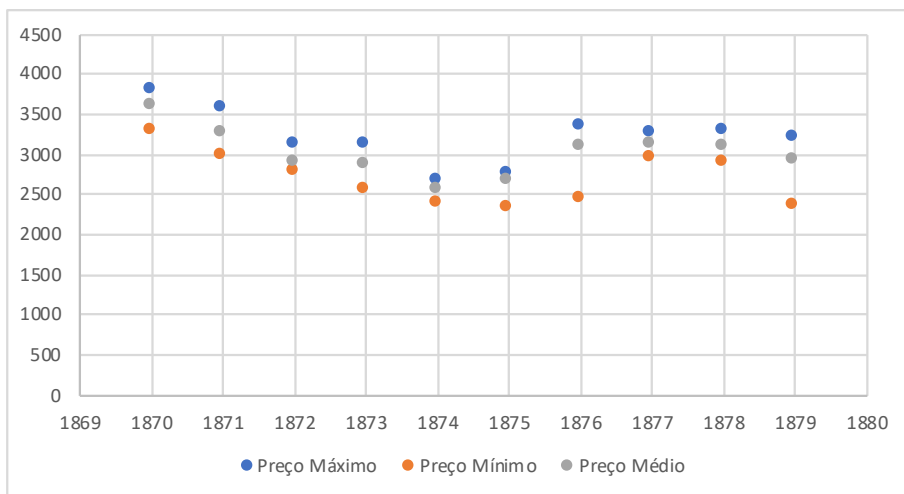
alimentação chegaram a atingir, segundo ele, no máximo, 33,5% e, no mínimo, 14,3% (VILLA, 2011, p. 218). Se utilizarmos estas mesmas porcentagens para os jornais da tabela 2 — o próprio Valencia afirma que, no período por ele estudado, predominava uma tendência de crescimento de valores nominais pagos e de oscilação de valores reais, ou seja, havia a possibilidade de pequenas conjunturas de alta nos pagamentos e queda nos preços — veremos que um marinheiro poderia ter 20\$000 de despesas para sua manutenção. Estes são valores que correspondem a trinta dias de alimentação adquirida no mercado. Ou seja, quase sempre estes valores eram menores, haja vista que os trabalhadores não apenas comercializavam os bens agropecuários que produziam, como também os consumiam.

A questão agora é comparar o preço dos alimentos tradicionalmente consumidos pelos trabalhadores pobres com os do açúcar produzido em Campos, no sentido de avaliarmos a **possibilidade** deste segmento populacional colocar-se como consumidor. Para as décadas de 1850 e 1860, dispomos apenas dos preços médios anuais do quilo do açúcar, sem ter acesso às suas oscilações. A partir de 1874, dispomos de informações sobre as oscilações anuais dos preços do açúcar, bem como de outras mercadorias tradicionalmente comercializadas no município do Rio de Janeiro.

Valencia menciona a média dos preços para o ano de 1856 da seguinte forma: 14\$129 réis para o saco de arroz; 5\$192 réis para a arroba de carne-seca; 13\$000 réis para o saco de feijão (VILLA, 2012, p. 203). No ano de 1885, o *Almanak de Campos* publicou uma relação de preços do açúcar produzido em Campos e levado ao Rio de Janeiro entre 1852 e 1883. Para nossa surpresa, o preço médio por quilo, em 1856, correspondia a 150 réis.¹⁰ Não identificamos no texto de Valencia o quanto em quilos equivalia o saco de arroz e de feijão, mas supomos ser o equivalente a 60kg, o que daria um preço, por quilo, de 235 e 216 réis, respectivamente, enquanto a carne-seca equivaleria a 346 réis por quilo. Já para o ano de 1860, a relação de preços médios de Valencia foi a seguinte: 12\$146 para o saco de arroz; 11\$568 para o saco de feijão; 3\$128 para a arroba da carne-seca.¹¹ Em quilos, estes valores seriam correspondentes a 202, 193 e 208 réis, respectivamente. O preço médio do açúcar de Campos registrado no *Almanak* para o ano de 1860 foi de 174 réis por quilo.¹²

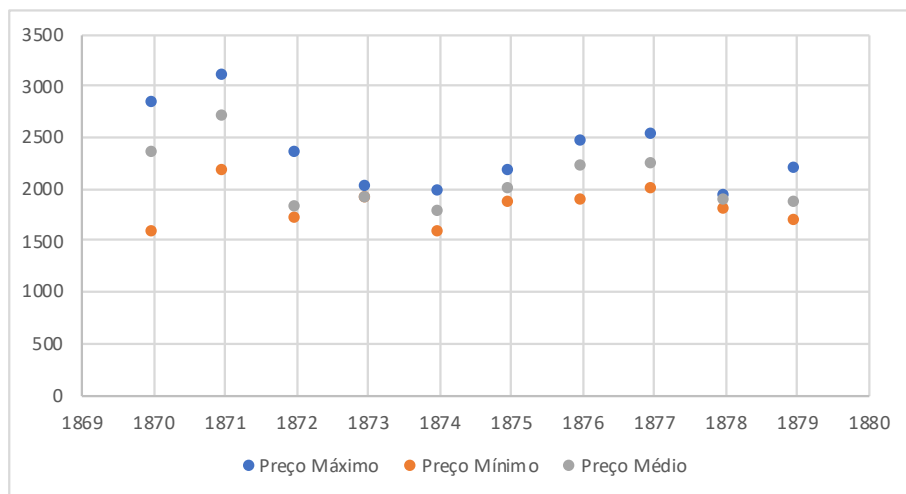
Não dispomos de dados comparativos para os anos 1860, portanto, voltaremos nossa atenção para as décadas de 1870 e 1880. Com isso, podemos comparar os preços do açúcar de Campos, seja ele branco ou mascavo, com os da carne-seca, item básico na subsistência dos pobres, segundo Valencia, entre 1874 e 1889. Os gráficos abaixo servem de base à nossa comparação.

GRÁFICO 9: Valores máximos, médios e mínimos do açúcar branco produzido em Campos e comercializado no Rio de Janeiro na década de 1870 (réis a cada 10kg).



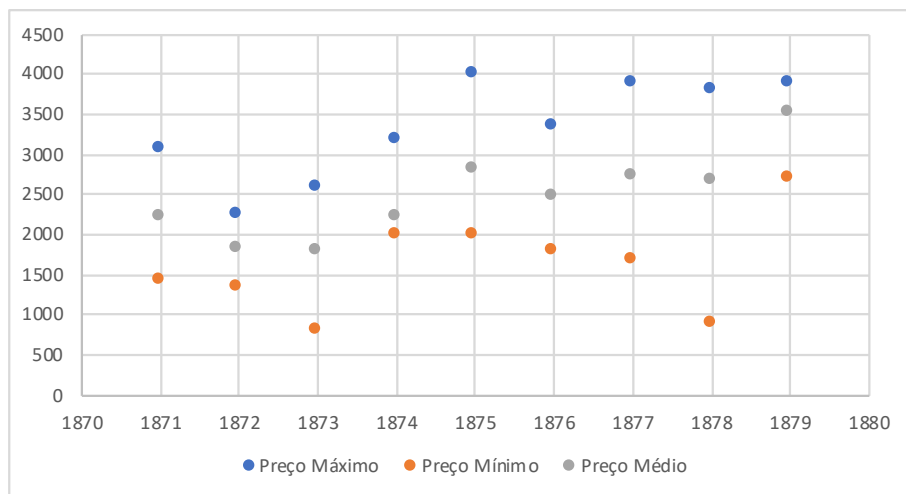
Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

GRÁFICO 10: Valores máximos, médios e mínimos do açúcar mascavo produzido em Campos e levado ao Rio de Janeiro na década de 1870 (réis a cada 10kg).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio (1874-90)*. op. cit.

GRÁFICO 11: Valores máximos, médios e mínimos da carne-seca produzida no Rio Grande do Sul e importada pelo Rio de Janeiro na década de 1870 (réis por 10kg).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

Pela disposição dos pontos nos gráficos, é possível observar que o açúcar branco é o que apresenta a série mais uniforme, com as menores oscilações ao longo dos anos. A carne-seca proveniente da província de Rio Grande, por outro lado, apresenta grandes oscilações em pelo menos seis anos. O açúcar mascavo está no meio termo entre as outras duas mercadorias, oscilando mais do que o branco, mas bem menos do que a carne-seca.

A série do açúcar branco pode ser dividida em três partes com tendências distintas. A primeira, entre 1870 e 1874, é de uma queda contínua nos preços, variando somente a intensidade desta queda de ano para ano. 1870 apresenta os maiores índices de preços máximos, médios e mínimos de toda a década: 3813, 3600 e 3302 réis, respectivamente, para cada 10kg de açúcar branco. Entre 1874 e 1876, a segunda parte, há uma tendência de crescimento, mas que não chega a equiparar com o início da década. Uma terceira etapa se apresenta entre 1876 e 1878, cuja tendência é a estabilidade, portanto, também se mantém bastante abaixo dos preços do início da década. O ano de 1879 aponta para uma nova tendência de queda, mas que só podemos

confirma-la a partir da comparação com os dados da década de 1880, como faremos mais adiante. Nos quatro anos em que o açúcar branco apresentou oscilação maior em relação aos demais — 1870, 1871, 1873 e 1879 — os preços médios estiveram mais próximos dos máximos do que dos mínimos. Por outro lado, é um indício de que as oscilações tendiam mais a baixar do que a subir os preços.

Para a série do açúcar mascavo, identificamos cinco tendências que se diferenciam muito mais entre si do que as tendências do açúcar branco. A primeira, entre os anos de 1870 e 1871, apresenta uma tendência de alta, fazendo com que os preços atinjam os maiores valores máximos, médios e mínimos da década: 3098, 2709 e 2178 réis, respectivamente, para cada 10kg de açúcar mascavo. Igualmente curta, a segunda tendência — 1871 a 1872 — é de queda abrupta nos preços, ao ponto de o preço médio ser o segundo menor de toda a década: 1815 réis por 10kg. Entre 1872 e 1874, há uma tendência de estabilização dos preços, próximos aos de 1872. Neste período, identifica-se o menor preço médio para a década: 1776 réis por quilo em 1874. Uma quarta tendência se inicia em 1874 e se entende até 1877, com aumento progressivo dos preços, mas sem retomar os patamares mais altos dos anos de 1870 e 1871. Na última fração desta tendência — 1876 a 1877 — é possível verificar que o aumento dos preços desacelera. No limite, é possível advogar que estes dois anos representam uma quinta tendência no gráfico, com preços estáveis. Por fim, entre 1877 e 1879, percebe-se nova queda nos preços, que os aproximam novamente dos patamares mais baixos da década.

Nesta série, temos seis anos de grande oscilação, mas mais intensas do que as oscilações do açúcar branco. 1870, 1871, 1872, 1876, 1877 e 1879 são os anos que apresentam maiores oscilações, entretanto, não é possível notar, de modo evidente, se os preços médios estão mais próximos dos máximos ou dos mínimos. O importante aqui é destacar que, a despeito de toda flutuação, o açúcar mascavo apresentou preços bastantes mais modestos que o branco. Supomos que se há consumo de açúcar entre os pobres, ele se realizou mediante o consumo de mascavos. Aliás, importante notar também que a indústria açucareira campista é reconhecida na época pela produção de açúcar mascavo, conhecidos como “mascavinhos de Campos”.¹³

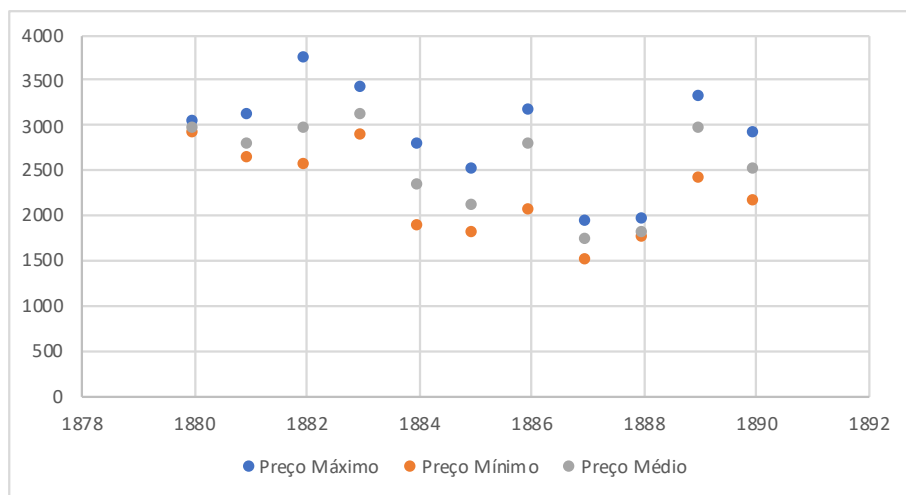
A carne-seca proveniente do Rio Grande do Sul apresentou oscilações muito maiores que os dois tipos de açúcar. O gráfico apresenta quatro tendências distintas entre 1871 e 1879, pois não possuímos seus dados para 1870. Inicialmente, entre 1871 e 1873, verificamos uma tendência de queda, que desacelera entre 1872 e 1873, apesar de atingir seu menor valor médio

para a década justamente em 1873: 1791 réis para cada 10kg. Entre 1873 e 1875, há uma tendência de aumento nos preços, sendo que o aumento entre 1874 e 1875 foi mais intenso do que no período entre 1873 e 1874, atingindo 2824 réis para cada 10kg, em 1875. No período que compreende os anos de 1875 e 1878, identificamos alguma estabilidade nos preços, apesar de uma queda nem tão leve seguida de uma subida não desprezível entre 1875 e 1877.

Por fim, teríamos uma tendência de aumento entre 1878 e 1879, em que o preço atinge seu máximo, 3530 réis por 10kg, aproximando-se muito do preço mais elevado do açúcar branco. Exceção feita a 1872, em que as oscilações estiveram em nível semelhante às do açúcar, fica difícil identificar os anos em que elas se fizeram mais intensas. Também não é possível dizer com precisão se os preços médios se aproximam mais dos preços máximos ou dos mínimos.

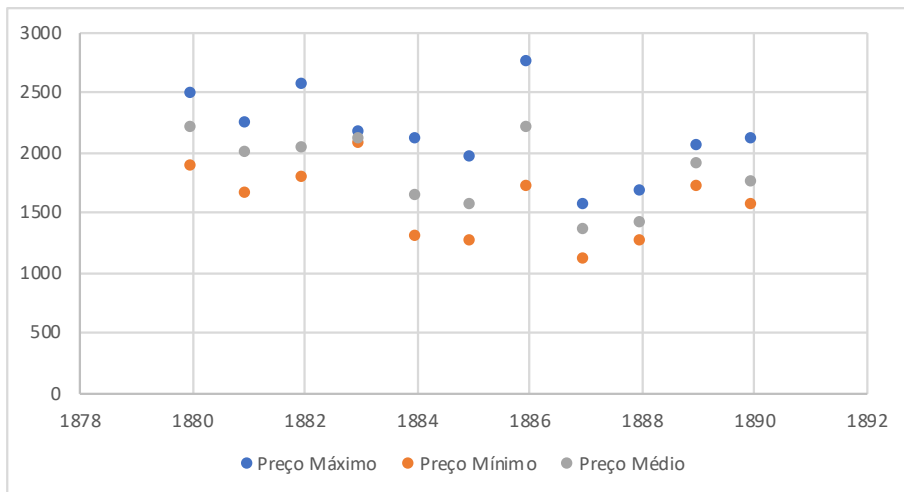
Na década de 1870, o açúcar mascavo se mostrou, em termos meramente econômicos, sem questionar sua importância na dieta cotidiana, mais acessível aos trabalhadores do que a carne-seca, que muitos autores se mostram unânimes em afirmá-la como peça-chave na alimentação, apesar de não ser tão fundamental quanto a farinha de mandioca. No topo da hierarquia de preços está o açúcar branco, que em momento algum baixou da casa dos 250 réis por kg de preço médio. A carne-seca chegou a este patamar em quatro oportunidades e somente em 1871 o preço médio do açúcar mascavo se elevou para além dos 250 réis por quilo. Para verificarmos se as tendências apresentadas pelo ano de 1879 são rompidas ou continuadas, é necessário repetir o processo, tendo em vista a década de 1880. Os gráficos abaixo ilustram esta situação.

GRÁFICO 12: Valores máximos, médios e mínimos do açúcar branco produzido em Campos e comercializado no Rio de Janeiro na década de 1880 (réis a cada 10kg).



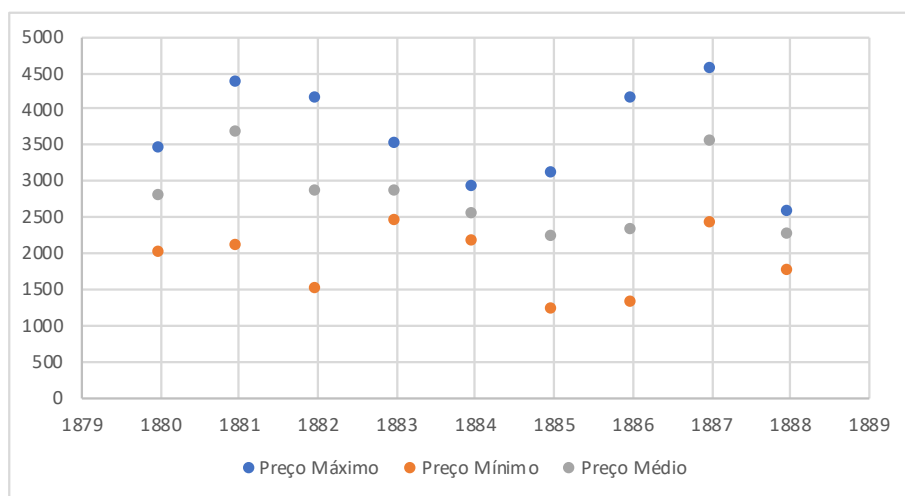
Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

GRÁFICO 13: Valores máximos, médios e mínimos do açúcar mascavo produzido em Campos e levado ao Rio de Janeiro na década de 1880 (réis a cada 10kg).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

GRÁFICO 14: Valores máximos, médios e mínimos da carne-seca produzida no Rio Grande do Sul e importada pelo Rio de Janeiro na década de 1880 (réis por 10kg).



Fonte: *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* (1874-90), op. cit.

O açúcar branco apresenta uma média de preços menor em relação à década anterior. Talvez pelo fato da produção ter sido realizada pelos engenhos centrais, que aumentam de forma muito significativa o volume de açúcar produzido a partir da mesma quantidade de cana de açúcar moída. Aumentando a oferta, reduzem-se os preços. A série do açúcar branco dos anos 1880 pode ser dividida em pelo menos quatro tendências menores. O ano de 1880 mantém um preço estável em relação ao anterior. Entre 1880 e 1883, temos uma oscilação nos preços para menos (1881) e depois para mais (1882, 1883), recuperando o valor do ano inicial da série. Entre 1883 e 1885, há uma segunda tendência de queda abrupta em que o açúcar branco atinge o menor valor médio de toda a primeira metade da década e o terceiro menor valor médio de toda a série. O preço médio de 1885 é também menor do que todos os valores médios da década de 1870. Uma terceira tendência é inaugurada entre 1885 e 1886, que se estende até 1887 e se caracteriza pelas variações abruptas, primeiro de aumento e depois de redução nos preços, atingindo o menor valor médio de todo o período analisado por nós: 1713 réis

por 10kg de açúcar branco. A quarta tendência é de aumento, muito discreto entre 1887 e 1888 e novamente abrupto entre 1888 e 1889, atingindo um dos maiores valores médios da década: 2950 réis por 10kg de açúcar branco. Não podemos responder se o período 1889-1890 corresponde efetivamente a um novo momento minimamente contínuo de baixa, pois nossos dados se esgotam aí. A única afirmação prudente que podemos fazer é a constatação de que há nova queda brusca entre 1889 e 1890.

Em relação à oscilação dos preços, o açúcar branco da década de 1880 perde um pouco da uniformidade plena da década anterior. Em três anos — 1880, 1887 e 1888 — não há, praticamente, oscilação, mas, em anos como 1882, 1884 e 1889, ela se faz presente de modo notável. Também não é possível afirmar se os preços médios estiveram, de modo geral, mais próximos dos preços máximos ou mínimos. De todo modo, nos parece um bom indicativo dos preços mais baixos em relação aos anos 1870 o fato do preço máximo mais elevado da década de 1880 ser apenas um pouco maior do que o maior preço médio da década anterior. Além disso, em quatro anos da última série o preço médio foi inferior a 2500 réis por 10kg de açúcar branco, algo inexistente na série anterior.

O açúcar mascavo, como era de se esperar, seguiu sendo bastante mais barato, na média, do que o branco. Em relação ao próprio açúcar mascavo da década de 1870, também se mostrou muito mais barato, talvez pelo mesmo motivo do açúcar branco: aumento da produção graças a melhor capacidade de moagem dos engenhos centrais. A uniformidade que caracterizou a curva dos preços do açúcar branco na década de 1870 parece ser a tônica do mascavo dos anos 1880. Entre 1879 e 1880, há um aumento significativo nos preços, e daí para frente identificamos quatro tendências distintas. Inicialmente, entre 1880 e 1883, notamos uma oscilação nos preços médios, primeiro decaindo cerca de 10% e depois recuperando seu valor nos dois anos seguintes. Uma segunda tendência pode ser vista a partir de 1883, que se estende até 1885 e se caracteriza por uma queda brusca nos preços. Entre 1883 e 1884, os preços médios do açúcar mascavo se reduziram em mais de 25%. No período seguinte, 1884-85, a queda continua, mas de forma bastante mais discreta, apesar de atingir o terceiro menor valor considerando as duas décadas de que dispomos de preços contínuos. Uma terceira tendência, cuja característica é uma oscilação brusca para mais e para menos, se inicia em 1885, estendendo-se até 1887. Neste período, o preço médio por 10kg de açúcar mascavo atinge seu maior valor para toda a década de 1880 — 2195 réis — e, logo depois, o menor valor, considerando-se as décadas de 1870 e

1880 — 1347 réis — em 1886 e 1887, respectivamente. Por fim, temos uma quarta e última tendência de elevação nos preços, que se estende até 1889, sendo mais intensa este aumento na passagem de 1888-89. Entre 1889 e 1890 há uma queda sensível nos preços, mas não dispomos de dados para avaliarmos se é uma tendência contínua de queda ou uma oscilação que logo devolveria os preços aos patamares de fins dos anos 1880. De maneira geral, o açúcar mascavo mostrou-se, novamente, uma mercadoria acessível, considerando apenas as questões econômicas aos trabalhadores, com preços bastantes mais baixos que as outras duas que lhe serviram de referência para nossa comparação.

Em relação às oscilações do açúcar mascavo, elas parecem menos bruscas do que na década de 1870, o que novamente favorece sua aquisição pelas populações mais empobrecidas, já que estas são as mais afetadas pelas flutuações mais bruscas. Não há dúvidas de que, nos anos 1880, o açúcar mascavo esteve muito mais próximo da uniformidade que caracterizou o açúcar branco dos anos 1870. Exceção feita ao ano de 1883, em que não houve oscilação alguma, os preços médios são pontos equidistantes em relação ao preço máximo e ao preço mínimo. Ou seja, de maneira geral, nos anos 1880, os preços baixaram e oscilaram menos, favorecendo o consumo regular.

Resta-nos agora avaliarmos a carne-seca, mercadoria que apresentou encarecimento evidente. Fica difícil, inclusive, acreditarmos que ela constituiu parte importante da dieta dos pobres no período em que estamos tratando. Mesmo se considerássemos os valores da carne-seca importada do Rio da Prata, o resultado não seria absolutamente diferente, pois a variação mensal dos preços na década de 1880 foi muito semelhante àquela verificada para a carne-seca do Rio Grande do Sul, justificando sua exclusão de nossa análise. Outra questão a ser considerada é o fato do *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio* fazer uma distinção entre a carne-seca “nova” e a “velha”, sendo a segunda com preços relativamente menores do que as da primeira. Mas o documento tem informações extremamente rarefeitas sobre as flutuações destes preços de carnes “velhas”, o que inviabiliza seu uso em série. O mais comum é haver apenas informações para os meses de janeiro e fevereiro, sendo mais comum apenas para o primeiro mês de cada ano. Feitas estas ressalvas, observemos o gráfico 14.

Inicialmente, entre 1880 e 1882, há uma brusca oscilação, para mais (1880-1881) e depois para menos (1881-1882), nos preços médios. Este é o momento em que se constata o maior valor médio para cada 10kg de carne-seca de todo o período analisado de modo contínuo: 3660 réis. Entre 1882 e

1883, há uma manutenção do preço médio, apesar das oscilações se restringirem significativamente. Um terceiro comportamento da curva de preços se observa a partir de 1883, em que há uma queda contínua, mas com ritmos e intensidades distintas até 1885, ano em que atinge o menor valor médio da década e o quarto menor se compararmos também com os anos 1870 — 2231 réis por cada 10kg de carne-seca. Esta tendência de queda é interrompida por um novo período de estabilidade — 1885-86 —, que apresenta um aumento irrisório de 91 réis por 10kg. Por fim, temos um novo comportamento da curva de preços entre 1886 e 1888, último ano de nossa mostra, caracterizado, novamente, por bruscas oscilações para mais (1886-1887) e para menos (1887-1888), quase retornando o valor de 1885.

De maneira geral, a tendência de grandes variações nos preços da carne-seca se manteve na década de 1880. Somente nos anos de 1884 e 1888 podemos classificar as oscilações como “normais”, pois as demais são extremamente amplas, o que compromete o consumo contínuo da mercadoria por parte dos pobres. Em quatro dos nove anos que analisamos nesta década, entretanto, os preços mínimos se mostraram bastante satisfatórios ao consumo, apesar de não terem baixado ao nível dos menores preços da década de 1870. Deste modo, se quiséssemos fazer uma hierarquia de preços destas mercadorias na década de 1880, a carne-seca tomaria o lugar do açúcar branco e ficaria como o mais caro. O açúcar mascavo, como na década de 1870, seguiu sendo o mais barato entre os três.

Considerações finais

O açúcar mascavo proveniente de Campos dos Goytacazes foi listado por Eulália Lobo (1971, p. 236) como uma das mercadorias essenciais ao abastecimento do Rio de Janeiro, tão relevantes ao ponto de ter sido considerado um dos 10 itens necessários ao cálculo do custo de vida da cidade em meados do século XIX, junto com o arroz e a carne seca importada do Rio Grande do Sul. Valencia (2001), baseado em Câmara Cascudo, também nota o papel fundamental do arroz e da carne-seca na alimentação diária dos trabalhadores escravos e libertos. Obviamente, a comida dos pobres envolvia outros alimentos, como a farinha de mandioca, um dos principais produtos da população desde os tempos da colônia.

Os dados apresentados anteriormente, entretanto, deixam pouca margem para dúvida: não sendo destinada ao exterior e nem às demais pro-

víncias do Império, a cidade — mas também a província — do Rio de Janeiro era o grande polo consumidor desta mercadoria. Não sendo também uma mercadoria imprescindível para subsistência humana, embora ofereça larga quantidade de carboidratos — e, portanto, de energia —, elemento necessário ao duro trabalho exercido por escravos, libertos e livres pobres, seu índice de consumo aparente era inferior ao da carne-seca e do arroz. De qualquer modo, esteve sempre acima de 50% — às vezes muito, outras vezes nem tanto. Definitivamente, a cidade do Rio de Janeiro foi o espaço através do qual o açúcar campista pôde se realizar enquanto mercadoria, permitindo a formação de largas fortunas com imensas escravarias até o final do século XIX.

Notas

- 1 Somamos a exportação externa dos anos 1878 e 1879. **Fonte:** *Retrospecto...* (1879). Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e C., 1880, p. 69.
- 2 Somamos a exportação externa dos anos 1879 e 1880. Para o ano de 1880, ver: *Retrospecto...* (1880). Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e C., 1881, p. 63.
- 3 Somamos a exportação externa dos anos 1880 e 1881. Para o ano de 1881, ver: *Retrospecto...* (1881). Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e C., 1882, p. 63.
- 4 *Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do porto do Rio de Janeiro com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda*, Exercício de 1881-1882. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883, p. 3 e 96.
- 5 *Mappas Estatísticos...* Exercício 1884-1885. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886, p. 3 e 80.
- 6 *Mappas Estatísticos...* Exercício 1886-1887. Rio de Janeiro: Typographia da Alfândega, 1888, p. 3 e 79.
- 7 *Mappas Estatísticos...* Anno Civil 1888. Rio de Janeiro: Typographia da Alfândega, 1889, p. 74.
- 8 Idem, ibidem, p. 12 e 90.
- 9 Adolpho José Del-Vecchio (1887).
- 10 José de Alvarenga (1885, p. 54).
- 11 Carlos Eduardo Valenci Villa (2012, p. 253).
- 12 João de Alvarenga (1881, p. 54).
- 13 *Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio de 1874*. Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve e C. 1875, p. 32. Disponível em: <http://memoria.org.br/>. Acesso em: 3 mar. 2016.

Referências bibliográficas:

- ABREU, Maurício de. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2011.
- BENCHIMOL, Jaime L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Turismo e Esportes, 1992.

- CARDOSO, Ciro F. S. **Escravo ou camponês?** O proto-campesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**: um estudo sobre relações não-capitalistas de produção. 1983. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.
- GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do mercado interno — a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucazeiras tradicionais no Brasil. **Revista Estudos Econômicos**, v. 38, n. 4, São Paulo, out./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612008000400005&script=sci_arttext. Acesso em: 3 mar. 2016.
- GRINBERG, Keila. A poupança: alternativas para a compra da alforria no Brasil (2ª metade do século XIX). **Revista de Índias**, v. LXXI, n. 251, 2011.
- LOBO, Eulália Lahmeyer et al. Evolução dos preços e do padrão de vida no Rio de Janeiro, 1820-1930 — Resultados preliminares. **Revista brasileira de economia**. Rio de Janeiro: out.-dez., 1971.
- MARCONDES, Renato Leite. O mercado brasileiro no século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem. **Revista de Economia Política**, v. 32, n. 1, jan.-mar. 2012.
- SOARES, Luiz Carlos. **O povo de Cam na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.
- VILLA, Carlos Eduardo Valencia. **La producción de la libertad**: economia de los esclavos manumitidos em Río de Janeiro a mediados del siglo XIX. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2011.
- VILLA, Carlos Eduardo Valencia. **A economia dos negros livres no Rio de Janeiro e em Richmond (1840-1860)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

Fontes primárias

ALVARENGA, João de (Org.). **Almanak Mercantil, Industrial, Administrativo e Agrícola da cidade e município de Campos**, compreendendo também os municípios de S. Fidélis, Macahé e S. João da Barra (Rio de Janeiro). Campos: Typographia do Monitor Campista, 1885.

ALVARENGA, João de (Org.). **Almanak Campista**. Campos: Typographia do Monitor Campista, 1881.

REDAÇÃO. **Retrospecto Commercial do Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro: Typographia imperial e constitucional de J. Villeneuve & C, Rua do ouvidor, nº 65.

BRASIL IMPÉRIO. **Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Porto do Rio de Janeiro organizados e publicados**

pela alfandega com autorização de S. Ex. o Sr. Ministro da Fazenda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. [Autor, aqui não temos o(s) ano(s)?]

BRASIL IMPÉRIO. **Boletins da alfandega do Rio de Janeiro**. Disponíveis em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/boletim-alfandega-rio-janeiro/070378>. Acesso em: 3 mar. 2016.

DEL-VECCHIO, Adolpho José. **Dados para orçamentos de obras hydraulicas pelo Engenheiro Civil Adolpho José Del-Vecchio**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1887.

Recebido em: 30/04/2017

Aprovado em: 06/05/2019